



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

## POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

## POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONALES: UNA REFLEXIÓN NECESARIA EN TIEMPOS DE GLOBALIZACIÓN

## EDUCATION POLICY: A REFLECTION REQUIRED IN TIMES OF GLOBALIZATION

Vanderlei Gularte Farias  
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Brasil  
E-mail: profvand@gmail.com

Charline Beatrice Ritter Beregula  
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Brasil  
E-mail: charliritter@outlook.com

Luci Mary Duso Pacheco  
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Brasil  
E-mail: luci@uri.edu.br

Eixo Temático 2: Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas da Política  
Educativa

**Resumo:** O presente trabalho se propõe a compreender acerca do vínculo entre elementos constitutivos ao sentido do conceito educação com aspectos relacionados às políticas públicas, em específico às políticas educacionais. Reflete, sucintamente, a relação destes na aplicação das políticas. O texto procura analisar a direção em que as políticas públicas educacionais tomam, manifestadas, no confronto com algumas características e conceitos essenciais ligadas diretamente no tocante às políticas públicas como, por exemplo, a ideia de política, democracia e participação na relação orgânica com o significado de educação. Está fundamentado a partir das contribuições de autores que estudam e pesquisam sobre a temática. Objetiva melhor entender a temática pela sua importância no campo da pesquisa em educação. Constitui-se numa análise, pelo diálogo entre os teóricos abordados, sobre o contexto da nova ordem mundial como a globalização em que as políticas públicas estão inseridas por se tratar de um fenômeno hegemônico no mundo. São reflexões para ajudar a problematizar sobre a importância das políticas educacionais na materialização da busca por educação de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Democracia. Educação. Gerencialismo. Políticas públicas. Regulação.

**Resumen:** El presente trabajo se propone comprender la relación entre los elementos constitutivos al sentido del concepto educación con aspectos relacionados a las políticas públicas, específicamente de las políticas educacionales. Refleja, sucintamente, la relación de estos aspectos en la aplicación de las políticas. El texto busca analizar la dirección que toman las políticas públicas educativas, en confrontación con algunas características y conceptos esenciales ligados directamente



a las políticas públicas como, por ejemplo la idea de política, democracia y participación en la relación orgánica con el significado de la educación. Está fundamentado a partir de las contribuciones de autores que estudian e investigan sobre la temática. Se busca entender la temática por su importancia en el campo de la investigación en educación. Se constituye un análisis, mediante el diálogo entre los teóricos abordados, sobre el contexto del nuevo orden mundial como la globalización en el que las políticas públicas están insertas por tratarse de un fenómeno hegemónico en el mundo. Son reflexiones para ayudar a problematizar sobre la importancia de las políticas educacionales en la materialización de la búsqueda por educación de calidad para todos.

**Palabras clave:** Democracia. Educación. Gerencialismo. Políticas públicas. Regulación.

**Abstract:** The present study aims to understand about the link between the constitutive meaning of the concept education elements with aspects related to public policy, in particular to educational policies. Reflects briefly, the relation on these policy application. The study try to analyze the direction in which educational policies take, expressed, in comparison with some essential features and concepts directly related with regard to public policy, for example, the idea of politics, democracy and participation in organizational relationship with the meaning education. It is based on the contributions of authors who study and research on the subject. Aims to better understand the issue and it's importance in the field of educational research. It constitutes an analysis by dialogue among theorists discussed, about the context of the new world order as the globalization in which policies are entered into because it is a hegemonic phenomenon in the world, that are reflections to help discuss about the importance of education policies in the materialization of the quality education for all.

**Keywords:** Democracy. Education. Managerialism. Public policy. Regulation.

## Introdução

Mesmo que, com o contexto da globalização, se tenha restringido o papel da educação impregnando-a de preceitos da instrução econômica, tais como competitividade, mercado, sucesso, lucro, entre outros, seu principal significado ainda continua sendo a educação para a cidadania, a participação nas decisões políticas e para o convívio social.

As políticas públicas se apresentam como ações repletas de intenções, com propósitos e objetivos a serem alcançados. Embora possa ter fortes impactos no curto prazo, geralmente se tenciona um prazo mais longo. Envolve inúmeros processos posteriores ou subsequentes à sua decisão e determinação, implicando, além da implementação, na execução e avaliação.

Aqui a educação é entendida, conforme Azevedo (1997), como política social de natureza pública.



Refletir a educação na relação com as políticas públicas é pensar no papel do Estado (o governo) como produtor, por excelência, destas e sua relação com a sociedade e com os grupos sociais pela sua função enquanto resposta a uma determinada demanda.

A discussão sobre as políticas públicas, especificamente educacionais, faz inclinar-se para o entendimento, para a compreensão da maneira pela qual as mesmas estão no cotidiano de todos. Daí o motivo porque não se pode furtar da referência reflexiva a conceitos considerados essenciais na relação com a educação nem deixar de contextualizar a lógica do pensamento hegemônico que perpassa todas as formas de sociabilidade e da convivência humana.

Um exercício de reflexão sobre aspectos pertinentes ao universo do ensino.

### **Revisitando conceitos**

Por educação se entende o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos através das gerações. Ela se desenvolve através de situações presenciadas e experiências mental, elementar. É considerada como um direito coletivo e um fenômeno universal, histórico e necessário para que o ser humano e os povos possam subsistir, uma vez que se constitui em importante ferramenta de luta contra qualquer tipo de exclusão e injustiças.

Essencialmente a educação é laica e pública, conforme a esboçou Karl Marx (1969) ainda no contexto do século XIX, quando gestou os fundamentos do ensino para todos. Mesmo que não tenha formulado nenhum sistema de ensino. Traz a ideia de que o homem precisa desenvolver habilidades intelectuais e, também, formas de sociabilidade como imperativos civilizacionais ao dizer que “o operário deve dispor de um certo tempo para a satisfação de certas necessidades intelectuais e sociais, cujo número e extensão são determinados pelo estado geral da civilização.” (MARX, 1969, p.54)



Paulo Freire (1997) compreende a educação como um processo de consciência do homem como ser inacabado. Defende que a capacidade de conhecer não é privilégio de algumas pessoas, mas que faz parte da natureza humana. Toda a pessoa é capaz de conhecer e saber que conhece. Para ele

[...] a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente processo de busca [...]. É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. (FREIRE, 1997, p.64).

## Política

Segundo Chauí (2001), a palavra política se origina do grego: *la politika*, vinda de *polis*. *Polis* é a Cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*), isto é, pelos homens nascidos na Cidade, livres e iguais, que são portadores de dois direitos inquestionáveis, a *isonomia* ou igualdade perante a lei e a *isegoria* ou direito de expor, discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não deve realizar.

A política entendida como a arte do *bem governar* onde se visa à busca de objetivos para o bem comum. Pautada pelo diálogo entre os sujeitos com vistas às possibilidades de resoluções. Aduzida como tudo o que diz respeito às coisas da cidade, do estado, do lugar ou grande casa de todos, a comunidade. Entendida como a tomada de decisões em coletivo, em assembleia.

Compreendida, aqui, como conjunto de ações, de atos do governo, traduz em todas as adjetivações a ideia do público. Faz pensar no todo, no povo, em cidadãos.

A política como o manejo, a habilidade, o saber ou ter o jeito apropriado para tratar de determinados assuntos com o fim de construir uma ordem pacificadora e que contemple aos anseios da sociedade no geral.



## Política Pública

A política pública representa segundo Azevedo (1997), a materialidade da intervenção do estado. É o estado agindo.

A política pública como ação do governo, no sentido de responder a alguma demanda em prol de algum setor como educação, saúde, transporte, entre outros. São estratégicas promovidas, de nível e entendimento político, que observam os interesses da comunidade com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social, compostos de planos, projetos, diretrizes específicas nas mais variadas áreas de ação social.

Ao analisar as dimensões a serem consideradas na compreensão da definição conceitual Azevedo (1997) salienta a relação com as representações sociais nos modos de articulação entre a sociedade e o Estado, ao dizer que

[...] as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. (AZEVEDO, 1997, p.05)

Conforme a pesquisadora Celine Souza (2006) as políticas públicas repercutem na economia e na sociedade porque “qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (SOUZA, 2006, p.06). Neste sentido, de acordo com a autora, a política pública busca

[...] colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.06).

A implicância das políticas se dará pela ação pública desenhada através da eficácia da mesma, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estarão envolvidos no processo decisório e que serão afetados pelas políticas públicas.



As políticas públicas, depois de organizadas, materializadas por meio de propostas, programas, planos e ações são postas em ação, ficando submetida aos critérios ou de avaliação e acompanhamento dos órgãos competentes, assim como de toda a sociedade.

## Democracia e Participação

Pressupõe-se, numa relação democrática, que os preceitos democráticos sejam respeitados. Onde o principal é a participação. Não uma pseudo-participação. Participação de fato, na qual o indivíduo possa pensar. Possa ser protagonista. Não, um mero expectador. Participação no sentido de fazer parte. De tomar parte. Ter parte em. Mesmo que seja possível fazer parte sem tomar parte, dadas expressões são sinônimas. Busca-se a participação ativa<sup>1</sup>.

Provavelmente a insatisfação para com a democracia representativa deve-se ao fato de os cidadãos desejarem cada vez mais tomar parte no processo de gestão das decisões e não simplesmente fazer parte dos processos eleitorais. Na democracia participativa os cidadãos, ao sentirem que fazem parte da sociedade, tem parte na sua condução e, por isso, tomam parte na construção de uma sociedade onde se sentirão parte.

Sidney Silva (2010), ao discorrer, entre outras, sobre a concepção liberal<sup>2</sup> de democracia na relação com o estado e educação, vai afirmar que nesta concepção “só tem razão de ser na medida em que promove a autonomia da pessoa” (SILVA, 2010, p.37). Vincula a participação por interesse. Como troca. Para ele

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre Participação Ativa e Participação Passiva, c.f. *O que é Participação?* BORDENAVE (1983).

<sup>2</sup> Refere-se à concepção *neoliberal* que tem por expoente maior *John Locke* (1632-1704). Tem sua origem na crítica ao poder absolutista do Rei. Onde o Estado possui poderes e funções limitados. Não é necessário ser democrático. Defende as liberdades individuais, igualdade perante a lei, limitação constitucional do governo, direito de propriedade, direitos naturais, proteção das liberdades civis e restrições fiscais do governo. Ver HAYEK (1983), FRIDMAN (1984), STETSON (1998) e MCNEIL(2000).



[...] a concepção liberal de democracia não vê na participação uma virtude, nem muito menos uma forma de dar sentido à vida, uma vez que não pressupõe que a necessidade de participação política faz parte da natureza humana. Concebe-se tal participação meramente como instrumental, como um meio para se garantir e defender os direitos civis, as liberdades individuais. Assim, a participação dependerá do cálculo utilitarista individual, segundo se define a relação custo a do “engajamento” político. (SILVA, 2010, p.38).

Não há democracia sem a efetiva participação. Para Santos (2005) o modelo que deveria existir é da participação da sociedade na busca do bem de todos através de associações. Dessa forma, havendo interações entre o povo e o governo.

Mill (1981) inclui a participação social por meio da educação dos cidadãos. Para ele a democracia é único sistema político que poderia possibilitar a educação para os cidadãos. Por meio da participação o cidadão se torna um membro consciente da grande comunidade. Defende, também, a ideia de que governo bom é aquele que se preocupa com as questões sociais.

Participar das decisões coletivas transcende a necessidade inerente ao processo democrático, é um direito que se estende a todos. Um dever do cidadão. Até porque o homem, já afirmava Aristóteles (384- 322 a.c.) “ é um animal político”, ou seja, ele precisa tomar decisões em coletivo, sua natureza o permite viver isoladamente.

### **Contexto das políticas públicas**

As políticas públicas que se destinam à área educacional deveriam, por essência, promover a educação.

Pelas pesquisas, literatura e, mesmo, percepção comum nota-se que as políticas públicas na área da educação objetivam, mesmo que implicitamente, muito mais que a promoção da educação. Trazem aspectos que fomentam o gerencialismo, o controle e a regulação. A última, muitas vezes, capitaneada pelo poder econômico.

Ao pensar uma educação que possa se aproximar da sua função essencial acredita-se que, entre outros, dois fatores são imprescindíveis: O



primeiro diz respeito ao processo de *autonomia*. Desde a organização administrativa da escola aos procedimentos pedagógicos e mais específicos das estratégias de ensino-aprendizagem. E o segundo mais abrangente é a *democratização do ensino*. Ambos, juntamente com outros elementos não menos importantes contribuem para um ensino com mais qualidade, conforme se almeja na pátria das chuteiras.

A autonomia, expressão usualmente comum com frequência em documentos sobre educação (políticas) e nas filosofias das escolas, perde seu sentido conceitual quando, por exemplo, as práticas de controle através de políticas como programas vinculados a resultados de avaliações condicionam os recursos e sua aplicabilidade.

A autonomia não combina com programas ou políticas universais que desrespeitem as individualidades, que não contemplam as características regionais. Uma vez que, segundo Silva e Alves (2012),

[...] a autonomia tem que considerar as especificidades locais, culturais e históricas da comunidade, sem abdicar de cumprir as orientações e os parâmetros de um projeto nacional de formação educacional: Assim, a autonomia construída nas escolas não deve significar a ausência do estado no cumprimento de suas responsabilidades financeiras e pedagógicas, bem como a consecutiva transferência de responsabilidades educativas para a sociedade civil. (SILVA; ALVES, 2012, p.675).

Na prática, dadas às precárias condições de trabalho, a degradante estrutura física dos estabelecimentos de ensino, o intenso processo de avaliações externas concomitantes à pressão pela melhoria individual dos alunos, sem acompanhamento pedagógico e somado aos poucos recursos públicos, se tende a desacreditar tanto no fortalecimento da autonomia, quanto numa estreita relação democrática. São práticas que comprometem a democratização do ensino.

O caminho que a política brasileira percorre carece, ainda, de um desenvolvimento democrático e o seu respectivo, mesmo que longínquo amadurecimento. Arraigar culturalmente como valor universal. Com relação à democracia o Brasil prescinde avançar da fase embrionária. Para construir uma concepção de gestão democrática na perspectiva da socialização do poder,



inversamente aos valores, hoje vigentes, nutridos a partir dos parâmetros neoliberais<sup>3</sup>.

## Gerencialismo

Uma das grandes preocupações, fruto da política neoliberal e da lógica hegemônica fortalecida pelo processo de globalização<sup>4</sup>, é a prática da boa administração. Novo modelo de gerencialismo. Administrar bem se impõe como imperativo nesta lógica e na concepção de mercado. Fato demonstrado por Luís Gustavo Alexandre da Silva e Miriam Fábila Alves (2012) em pesquisa sobre “Gerencialismo na escola pública”, ao comentarem sobre a preocupação dos gestores:

As entrevistas com os gestores demonstram a preocupação com a consolidação de uma equipe estável e permanente de professores nas escolas. Para alcançar esse objetivo, os gestores esforçam-se para manter determinados professores com a carga horária completa na unidade escolar, apesar das dificuldades de garantir a quantidade de aulas suficiente para esses profissionais na área de sua formação acadêmica. Esses dados, acrescidos ao fato de que a maioria dos docentes possui cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, contribuem para o que poderíamos classificar de bom desempenho educativo dessas escolas. (SILVA; ALVES, 2012, p.671)

Percebe-se que o sistema imputa a ideia do gestor cuidador, do gestor vocacionado. De que precisa haver doação, amor, como condição para que a

---

<sup>3</sup> Suas raízes se encontram na teoria sobre o Estado formulada a partir do séc. XVII com a expressão do ideário clássico. Incorporada com a concepção de “democracia utilitarista” onde o estado assume a posição de guardião dos interesses públicos. “Incorporando os argumentos de Adam Smith e as formulações de Jeremy Bentham e James Mill, a concepção “utilitarista de democracia” concebe a condução da atividade econômica pela “mão invisível” do mercado como uma condição apropriada à maximização do bem-estar. Os fundamentos da liberdade e do individualismo são tomados aqui para justificar o mercado como regulador e distribuidor da riqueza e da renda, compreendendo-se que, na medida em que potencializam as habilidades e a competitividade individuais, possibilitando a busca ilimitada do ganho, o mercado produz, inexoravelmente, o bem-estar social.” (AZEVEDO, 1997, p.09-10).

<sup>4</sup> **Globalização** é um conjunto de **transformações** na ordem política e econômica mundial. Fenômeno que criou pontos em comum nas vertentes **econômica, social, cultural e política**. Tornou o mundo interligado onde os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias. Significou a quebra de fronteiras. Ver Gonçalves (1999); Gonçalves, Bauman, Prado & Canuto (1999); Fridman (1994); Santos (2001, 2005);



escola possa cumprir devidamente com sua função. Ao que os pesquisadores comprovam dizendo que:

Os dados demonstram significativa liderança da diretora no processo de gestão e da organização do trabalho escolar. Os professores confirmam que a função do diretor ultrapassa os limites administrativos e aparece no acompanhamento das ações pedagógicas desenvolvidas pelos docentes. Em relação à intensificação do trabalho do diretor, a maioria afirma que este trabalha intensamente para resolver os problemas administrativos e demonstra significativo grau de responsabilidade com a prestação pública dos recursos recebidos pela escola. (SILVA; ALVES, 2012, p.672).

### Avaliações externas / Regulação

Fazendo parte do modelo gerencial, uma das características da lógica de mercado introduzidas na função pública se encontram as avaliações externas. Como estratégias de controle sob o pretensado argumento de monitorar a qualidade da educação. Servem, na verdade, como instrumentos de regulação. E, conforme acentuam Assunção e Carneiro (2012), num *poderoso instrumento*.

São inúmeras

[...] as avaliações externas que vêm sendo instituídas na educação brasileira, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil, dentre outros, sob o formato de testes objetivos, constituem estratégias de poder largamente utilizadas em uma relação hierárquica que sanciona os sujeitos para subordiná-los e dirigir seu desempenho de acordo com os interesses e as demandas do modelo de sociedade hegemônico constituído. (ASSUNÇÃO; CARNEIRO, 2012, p.652).

Sabe-se que práticas como a concorrência, visível nestas avaliações, não se constituem mera coincidência com os mesmos preceitos defendidos no neoliberalismo<sup>5</sup>. Segundo Gaudêncio Frigotto (1996), isto evidencia o reflexo

---

<sup>5</sup> **Neoliberalismo** caracteriza-se como uma corrente que absorveu os conceitos sociais do liberalismo clássico, mas que continua a apoiar uma economia protecionista junto com um estado intervencionista e controlador. Pode ser uma corrente de pensamento e uma ideologia, ou seja, uma **forma de ver e julgar o mundo social** ou um movimento intelectual organizado. Na política, neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. Defende a total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. É contra a



do momento histórico no que se refere à reestruturação produtiva implementada à luz do processo de globalização e o postulado neoliberal. Ao que reflete profundas consequências, conforme a professora Edite Maria Sudbrack ao afirmar que

[...] a supremacia do mercado como regulador da vida social está determinando novas relações entre a política educacional, a sociedade e a economia. As consequências da adoção desses parâmetros são funestas e já conhecidas. O capital financeiro é móvel, há uma polarização entre países do Norte e do Sul, aumentando o fosso entre pobres e ricos. O retrocesso social desse modelo está marcado na América Latina pela queda vertiginosa dos salários, pelo aumento, em escala geométrica, do desemprego e do subemprego, incorporando novos grupos sociais à condição de pobreza extrema, com redução dos investimentos nos serviços públicos sociais, deteriorando as condições de vida de grande parcela da população. A deterioração social que se instala, mais que efeito de crise, é fruto do atual paradigma econômico de ajustes e reestruturações do setor produtivo. (SUDBRACK, 2009, p.36).

Como contribuição para a melhoria dos índices qualitativos na área educacional tais práticas necessitam se reinventar com nova roupagem. Pois avaliações que deveriam orientar nossa Educação podem contribuir para a glorificação de algumas escolas e a rotulação de muitas outras, o que se configura em um desserviço. Da conquista da ferramenta para o diagnóstico<sup>6</sup> de um sistema de monitoramento não se pode, simplesmente, abrir mão pelo medo do risco de se distorcer o sentido das avaliações externas e agravar os problemas existentes. Nem tampouco permitir que se desvie do propósito e da função para a qual as avaliações externas foram destinadas.

---

intervenção do estado (governo) no mercado de trabalho. Favorável à política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, a diminuição dos impostos e tributos excessivos, entre outros. Uma representação ideológica máxima do capitalismo. Ver Hayek (1983) e Fridman (1984).

<sup>6</sup> No sentido de uma avaliar, de verificar possíveis correções. De se identificar aspectos a serem melhorados.



## Brasil recente

Ao analisar a educação nos últimos anos se nota que, mais recentemente, devido a pobre herança deixada pelo governo FHC<sup>7</sup> no campo educacional, comprovado pelo decreto nº 2.208/97<sup>8</sup> como uma clara tentativa de desestruturar a rede de escolas técnicas e profissionalizantes (PINTO, 2009) e o ensino médio, o país ainda não configurou a educação como estratégia, não se instituiu prioridade para o desenvolvimento da nação. Mesmo com reconhecidos avanços, nos governos de esquerda<sup>9</sup>, principalmente no que se refere à educação superior onde houve perceptiva melhora com o crescente acesso ao ensino superior, devido aos incentivos com programas de financiamento e da expansão da rede federal no ensino técnico. E ainda programas como o PROUNI (Programa Universidade para todos), o REUNI (Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e outros. Mesmo que, timidamente, tenham melhorado, tais políticas se configuram em tentativa de ampliar o acesso a todos na educação. Ainda faltam políticas que visem, fundamentalmente, a um grande salto de qualidade.

O país ainda se encontra muito distante do que se apregoa na Constituição. A Educação<sup>10</sup> não se configura como estratégia de fomento ao desejado desenvolvimento de que se espera da sétima economia do mundo. Com a implementação de plano de metas como, por exemplo, o Movimento Compromisso Todos pela Educação (PINTO, 2009) o Estado procura se

---

<sup>7</sup> Sigla que se refere ao ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso que governou o Brasil entre os anos de 1995-2002. É sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro.

<sup>8</sup> DECRETO Nº 2.208 DE 17 DE ABRIL DE 1997  
Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional .

<sup>9</sup> Faço referência às administrações petistas do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, entre os anos de 2003-2010 e da atual presidente Dilma Rousseff.

<sup>10</sup> Aqui tem o sentido de divisão ministerial do governo. Significa o Ministério da Educação.



esvaziar do dever de garantir o direito que exerce para com e promoção da educação. Justifica-se no, ainda, baixo investimento no percentual com relação ao PIB<sup>11</sup>. Onde, dos 6% sugeridos pela UNESCO<sup>12</sup> para gastos com a educação, atualmente não vai além dos insuficientes 5%.

### Considerações finais

Ficam alguns questionamentos. Dúvidas. Algumas reflexões que merecem aprofundamento.

Somado ao caráter regulatório da sociedade que as políticas públicas assumem posterior ao período militar, hoje elas convivem com novos padrões de sociabilidade propostos pelo movimento da globalização que servem de parâmetros para muitas das políticas educacionais.

Com o que se apura sobre o rumo dado para as políticas de avaliações externas não se pode furtar da indagação: Afinal, o que se busca? Pois nem pontuação, nem nota são sinônimas de qualidade e esta se encontra distante de mera boa pontuação. No ranqueamento dos indivíduos e das escolas o objetivo é a qualidade de desempenho ou qualidade da educação?

Por que os atores do processo de ensino/educação não se encontram no centro das decisões que configuram as políticas públicas educacionais?

Teremos que concordar com Marx (1969) quando denuncia a intencionalidade da maneira como refletida naquilo que transparece sobre a pauperização e a desigualdade social e ao refletir afirmativamente: “Para que a “sociedade” (isto é, naturalmente, os não-trabalhadores) seja feliz, para que o povo viva contente mesmo numa situação miserável, é preciso que a maioria permaneça pobre e ignorante” (MARX, 1969, p.153).

---

<sup>11</sup> Produto Interno Bruto.

<sup>12</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Cujá missão é contribuir para a construção da paz, redução da pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável e o diálogo entre as culturas, através da educação, ciências, cultura, comunicação e informação.



A crise nesse modelo de escola deve-se, principalmente, pelas contradições criadas dentro do sistema. Pelo desvio da ontológica função da escola, agravada com ineficientes políticas públicas na área de ensino. Oportunizando margem a interpretações diversas “e que põe em discussão sua função integradora/socializadora e, ao mesmo tempo, sua capacidade de constituir-se em espaço de emancipação crítica” (OLIVEIRA, 2011, p.32).

Um dos principais desafios que se coloca consiste em resgatar os parâmetros democráticos para gestão escolar, gestados quando do debate precedente à constituição cidadã<sup>13</sup> de 1988. O que significa a efetiva participação de grupos sociais e políticos representativos da sociedade civil e de instituições da área de ensino com vistas à elaboração e, quiçá, implementação de um projeto pautado na educação com qualidade social para todos.

Escola e mercadorização do ensino, conforme a concepção neoliberal, não faz bem à educação. A racionalização dos custos e a co-responsabilização da sociedade civil que se traduzem em controle total do estado sem a reciprocidade do mesmo não funciona.

Urge o resgate da escola como espaço comum e público para tratar melhor das diferenças, da igualdade e da diversidade. Não se faz educação de qualidade com standardizações, padronização e homogeneização de realidades heterogêneas.

### Referências

ASSUNÇÃO, M. F.; CARNEIRO, V. L. O papel do estado e as políticas públicas de educação: uma análise das avaliações externas no ensino fundamental. **RBPAE**, v. 28, n.3, p. 645-663, set./dez. Porto Alegre: ANPAE, 2012.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas-SP: Autores Associados, 1997. Coleção polêmicas do nosso tempo.

---

<sup>13</sup> Expressão usada, na Constituição de 1988, por ser considerada a mais completa entre as constituições brasileiras, com destaque para os vários aspectos que garantem o acesso à cidadania. Afirmava direitos, cassados pela ditadura. Se constituiu num grande impulso da luta democrática brasileira.



BECHHARA, E. **Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

BORDENAVE, J.R. D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, K. **O Capital**. Edição resumida por Julian Borchardt. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: UnB, 1981.

OLIVEIRA, D. A. A nova regulação de forças no interior da escola: carreira, formação e avaliação docente. **RBPAE**, v. 27, n. 1, p. 25-38, jan./abr. Porto Alegre: ANPAE, 2011.

PINTO, J. M. de R. O financiamento da educação no governo Lula. **RBPAE**, v. 25, n.2, p.323-340, mai./ago. Porto Alegre: ANPAE, 2009.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. In: Introdução: Para ampliar o cânone democrático. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SILVA, L. G. A.; ALVES, M. F. Gerencialismo na escola pública: contradições e desafios concernentes à gestão, à autonomia e à organização do trabalho escolar. **RBPAE**, v. 28, n.3, p. 665-681, set./dez. Porto Alegre: ANPAE, 2012.

SILVA, S. Democracia, Estado e Educação: uma contraposição entre tendências. **RBPAE**, v. 26, n.1, p. 31-54, jan./abr. Porto Alegre: ANPAE, 2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, ano 8, n.16, p. 20-45, jul./dez. Porto Alegre: PPGS - UFRGS, 2006.

SUDBRACK, E. M. **Rosa dos Ventos: traços da formação docente pós-LDB**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.